DOI: <http://dx.doi.org/10.5007/1980-3532.2016n15p23>

O marxismo e o Estado: uma breve reconstituição teórica

Marxism and the State: a brief theoretical reconstruction

Pedro Felipe Narciso
Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)
Mestrando em Sociologia
Pedro_felipenarciso@hotmail.com

Resumo: O presente artigo versa sobre a relação entre a teoria marxista e a problemática em torno de uma teoria do Estado, tendo como objetivo fundamental recuperar as principais contribuições teóricas do marxismo acerca dessa discussão. No sentido de buscar realizar esse objetivo o corpo do artigo está dividido em duas partes: na primeira parte, partindo da polêmica de Bobbio em relação à suposta inexistência de uma teoria marxista do Estado, é apresentada uma reconstituição bibliográfica das principais contribuições do marxismo sobre essa problemática; na segunda seção, no intuito de apresentar a formulação mais clássica da tradição marxista, fizemos uma breve exposição da teoria de Estado elaborada por Lênin na obra “O Estado e a Revolução”, a qual acabou balizando uma boa parte do debate no século XX.

Palavras chave: Marxismo; Teoria do Estado; Lênin; Poulantzas; Forma Política

Abstract: From the controversy of Bobbio in relation to the alleged lack of a Marxist theory of the state, this article aims to rescue the main contributions of the authors referenced in Marxism, they theorized on said object (the state) and contributed substantial way to the advancement of knowledge in the area. Using the literature review procedure, the first section presents a general gathering of the main contributions made since Marx, through Lenin, Gramsci and Poulantzas, reaching the major contemporary references. In the second section seeks to provide a little more thoroughly systematized theory by Lenin, who eventually constituting a fundamental classic in which were built the following postulations.

Keywords: Marxism; State Theory; Lenin; Poulantzas; Policy Form

Originais recebidos em: 14/04/2016
Aceito para publicação em: 24/10/2016

Este trabalho está licenciado sob uma [Licença Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/3.0/) Atribuição-Uso Não-Comercial-Vedada a criação de obras derivadas 3.0 Unported License.

1. Introdução

O presente artigo versa sobre a relação entre a teoria marxista e a problemática em torno de uma teoria do Estado, tendo como objetivo fundamental recuperar as principais contribuições teóricas do marxismo acerca dessa discussão. No sentido de buscar realizar esse objetivo o corpo do artigo está dividido em duas partes: na primeira parte, partindo da polêmica de Bobbio em relação à suposta inexistência de uma teoria marxista do Estado, é apresentada uma reconstituição bibliográfica das principais contribuições do marxismo sobre essa problemática; na segunda seção, no intuito de apresentar a formulação mais clássica da tradição marxista, fizemos uma breve exposição da teoria de Estado elaborada por Lênin na obra *O Estado e a Revolução*, a qual acabou balizando uma boa parte do debate no século XX. A temática do presente trabalho é importante no sentido de apresentar ao leitor uma perspectiva geral das principais contribuições teóricas do marxismo sobre o tema, fomentando, assim, o debate em torno do Estado num momento em que as teorias referenciadas nas teses do micropoder se mostram insuficientes para explicar os fenômenos das relações de dominação na contemporaneidade.

No que se refere ao método de pesquisa, os procedimentos, assim como a estrutura expositiva do artigo, se dividem em dois blocos: O primeiro bloco é referente à realização da primeira seção do presente artigo e teve como procedimento fundamental a execução de uma revisão bibliográfica balizada por dois contornos básicos, a filiação teórica e o objeto, que no caso são, respectivamente, o marxismo e o Estado. O segundo bloco metodológico refere-se à segunda seção desse trabalho que contou, sobretudo, com a articulação justificada de critérios para análise da obra *O Estado e a Revolução*, os quais estão apresentados no corpo do texto.

2. O debate bibliográfico

Embora a existência de uma teoria marxista do Estado seja questionável, bem como é problematizado por Bobbio (1983), igualmente questionável é a afirmação de que essa não existe.

Para o filósofo italiano, a unidade da teoria é definida por aquilo que ele quer afirmar, a permanência das regras do jogo, as formas institucionais da democracia contemporânea. Sua teoria é, assim, uma teoria positiva da política. Para o marxismo, a unidade da teoria é dada por aquilo que ele quer negar, o poder político. O marxismo é, assim, uma teoria negativa da política. É essa negatividade a condição para a existência de uma teoria marxista da política (BIANCHI, 2007, p.78).

Ou seja, se a definição de teoria do Estado se limita à compreensão das formas instituídas de dominação com o intuito de aperfeiçoá-las garantindo, assim, a reprodução da coesão social, obviamente, não é possível afirmar que essa exista sob uma formulação marxista. No entanto, se as concepções de crítica social podem ser fundamentos para análise do Estado e da política perspectivando não a reprodução social, mas justamente a superação das formas políticas existentes, a teoria marxista do Estado deixa de ser apenas uma possibilidade, sendo a sua negação bastante improvável.

Embora o marxismo não se restrinja aos escritos de Marx e Engels, estão já presentes nesses, elementos de problematização acerca da questão do Estado. Em *A Ideologia Alemã*, de 1845, os autores definem o Estado como a “forma através da qual os indivíduos da classe dominante fazem valer seus interesses comuns” (MARX, 2013). Esse posicionamento é reafirmado no *Manifesto do Partido Comunista* de 1848, no qual os autores afirmam que “o poder no Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo” (ENGELS e MARX, 2008, p.10). Além de o Estado ocupar nas páginas de *O Capital* um papel de fundamental importância no processo de acumulação primitiva e também na manutenção das condições necessárias à reprodução do capitalismo, sobretudo em períodos de crise, quatro obras se destacam na análise sobre o Estado e vão posteriormente servir de base para a sistematização proposta por Lênin, são elas: *Guerra Civil em França*, *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, *Crítica ao Programa de Gotha*, de Marx; e *A Origem da Família, do Estado e da Propriedade Privada*, de Engels. Essas obras são aquelas que estabelecem as bases fundamentais pelas quais as teorizações marxistas sobre o Estado vão se assentar.

A partir da reunião desses escritos, Lênin desenvolve o seu *O Estado e a Revolução*, talvez a primeira obra no campo do marxismo cujo objetivo seja a elaboração estruturada de uma chamada teoria do Estado. Nessa obra o revolucionário russo propõe definições que alcançam três níveis, a) as características essenciais do Estado em geral; b) as

características da República Democrática Burguesa; e c) as características do Estado Proletário (LÊNIN, 2012).

Logo após a iniciativa de Lênin, o autor que estabelece as grandes contribuições acerca do Estado e da política a partir de uma perspectiva marxista é Antônio Gramsci. A teoria do comunista italiano, introduzindo a perspectiva do Estado Integral, concebe o Estado não apenas a partir dos órgãos de repressão inscritos na sociedade política, mas também a partir dos aparelhos privados de hegemonia localizados na sociedade civil, concebendo o Estado, então, a partir da unidade concreta entre sociedade política e a sociedade civil, como hegemonia revestida de coerção (BIANCHI e ALIAGA, 2011).

Após as contribuições do comunista sardo a problemática do Estado é secundarizada pelo debate marxista

Em sua reconstrução da trajetória do marxismo ocidental, Perry Anderson destacou a subvalorização da política pela teoria marxista do pós-guerra. Nas obras de Theodor Adorno, Max Horkheimer, Herbert Marcuse, Jean Paul Sartre, Henri Lefevre e Louis Althusser, a filosofia e a cultura ocupavam lugares de destaque, enquanto a economia e a política eram relegadas a uma posição secundária, quando não eram simplesmente ignoradas (BIANCHI, 2008, p. 39-40).

O Estado só volta a ocupar um lugar de destaque nas elaborações marxistas, ao menos no ocidente, no final da década de 1960, com a publicação das obras de Poulantzas e Miliband, a partir da qual os autores estabelecem um rico debate marcado pelas divergências entre os chamados estruturalistas, que estariam representados por Poulantzas; e os instrumentalistas, que estariam representados por Miliband. (BIANCHI, 2008; MARTUSCELLI e GALASTRI, 2008; CASTRO, 2004; MOLLO, 2001;)

Apesar do rótulo, Nicos Poulantzas nega a insígnia de estruturalista (POULANTZAS, 2008), sendo ainda, para muito além disso, um autor com uma obra complexa e heterogênea. Adriano Codato (2008) ao analisar a obra de Poulantzas estabelece pelo menos três diferentes momentos da produção intelectual do autor grego, em sua primeira fase – em *Poder Político e Classes Sociais* - esse enfatizaria a noção de estrutura; na segunda – em *Fascismo e Ditadura* – o autor definiria o Estado a partir do conceito de aparelho; enquanto na última fase – em *o Estado, o Poder e o Socialismo* – Poulantzas consideraria, como fundamental na constituição de uma teoria do Estado, a análise das relações sociais.

Nos estudos marxistas contemporâneos sobre o Estado, Poulantzas ocupa o papel de um clássico fundamental, pois a partir dele se originou toda uma vertente de autores que, certamente, são responsáveis pelas principais contribuições teóricas do marxismo contemporâneo acerca do tema. Desses é possível destacar quatro, os quais em muito pouco se excluem e que, se complementando, alicerçam sólidas bases para o desenvolvimento progressivo da teoria marxista do Estado.

O primeiro desses autores é Bob Jessop, que seguindo a abordagem relacional trabalhada no último período da obra de Poulantzas, insere a noção de seletividade estrutural e estratégia que, segundo Jessop, “vai lhe permitir ir além de Poulantzas” (ARAÚJO; TAPIA, 2011, p.41).

O Segundo autor que citamos aqui é Joachim Hirsch, que se destaca com a obra *Teoria Materialista do Estado* (HIRSCH, 2010). Nela o autor alemão, reafirmando a definição do último Poulantzas, incorpora criticamente elementos importantes da teoria política e econômica não tradicionalmente identificada com os pressupostos marxistas, como a teoria da burocracia, a teoria dos sistemas e a teoria regulacionista, contribuindo enormemente para a compreensão do fenômeno do Estado. De maneira bastante superficial pode-se resumir que a teoria de Hirsch, essencialmente, apresenta que cada regime de acumulação que se constitui no seio do capitalismo exige um modo de regulação que garanta a existência das condições necessárias à reprodução do mesmo. Assim, utilizando aplicação teórica exposta pelo próprio autor, pode-se dizer que o regime de acumulação pós-fordista (fundamentado na precarização do trabalho, na estagnação ou retrocesso da renda, na financeirização, na extrema mobilidade internacional de capital, entre outros) necessita de um modo de regulação diferente daquele constituído sob o fordismo, o qual seja capaz de garantir as condições necessárias à reprodução do regime de acumulação vigente (uma estrutura internacional de poder político e jurídico, uma regulação da concorrência a partir de formas supra-estatais, a expansão de redes estatais-privadas, etc.). Dessa análise central o autor ainda deriva importantes análises sobre os campos das relações internacionais, das relações entre sociedade civil e Estado e sobre as formas de consciências tipicamente originadas no modo de regulação pós-fordista.

O terceiro importante autor a ser destacado é o professor e jurista brasileiro Alysson Mascaro, o qual traz como contribuição a obra *Estado e Forma Política*, classificada pelo

filósofo esloveno Slavoj Žižek como “a obra mais importante do pensamento político marxista nas últimas décadas” (ŽIZEK, 2013, sem paginação). Mascaro, além de apresentar perspectivas importantes acerca das formas sociais, políticas e, sobretudo, jurídicas, apresenta duas teses fundamentais em seu livro: a primeira é de que o Estado é um fenômeno típico do capitalismo, afirmando que aquilo que convencionalmente se chama de Estado nas formações sociais pré-capitalistas trata-se na verdade de um fenômeno homônimo, porém diferente, isso porque, segundo ele, nesses casos a dominação era desenvolvida diretamente de uma classe sobre as outras por uso da ameaça coercitiva, sem a intermediação de um ente terceiro socialmente legitimado como representante geral. A segunda tese do autor é uma reafirmação da primeira e define o estado como um “derivado necessário da própria reprodução capitalista” (MASCARO, 2013, p.19). Ou seja, o Estado não é apenas um aparato de repressão, mas sim de constituição social, pois

A existência de um nível político apartado dos agentes econômicos individuais dá a possibilidade de influir na constituição de subjetividades e lhes atribuir garantias jurídicas e políticas que corroboram para a própria reprodução da circulação mercantil e produtiva. E ao contribuir para tornar explorador e explorado sujeitos de direito, sob um único regime político e um território unificado normativamente, o Estado constitui, ainda afirmativamente, o espaço de uma comunidade, no qual se dá o amálgama de capitalistas e trabalhadores sob o signo de uma pátria ou nação. (Ibidem, p. 19)

Por fim, o quarto e não menos importante autor a ser destacado aqui é o mexicano Jaime Osório, que em seu livro *O Estado no Centro da Mundialização* (2014) mobiliza uma série de conceitos de Poulantzas para compreender o Estado na chamada mundialização. Um aspecto relevante é que durante o trabalho de reintrodução conceitual o autor insere uma pequena diferença no conceito de classe reinante, tornando possível uma nova problematização acerca das relações entre a classe reinante e a classe dominante, sobretudo por meios de discussões travadas acerca de conceitos como os de centro de poder, frente de poder, bloco no poder, cena política e classe mantenedora. Além disso, assim como Mascaro e Hirsch, ele também levanta teorizações importantes acerca das relações internacionais e das impossibilidades democráticas numa sociedade de classes.

Como se pode constatar aqui, se por um momento a teorização sobre o Estado foi negligenciada pelos autores marxistas, hoje, justamente, são esses os que reconduzem o Estado a um plano de primeira importância para a compreensão da formação social capitalista. Isso se deve muito ao trabalho de autores que tiveram a coragem teórica de

restabelecer a discussão sobre um centro desproporcional de poder numa época em que as teorias do micropoder estavam em plena ascensão. Ademais, esse é um debate que está longe de se esgotar, sobretudo numa sociedade em que o Estado está totalmente permeado por contradições de ordem prática e discursiva, na qual se coloca como representante popular ao passo que se fecha e se distancia das classes populares. Assim, um debate teórico sobre a relação diferenciada do Estado com o conjunto das classes sociais faz-se de primeira importância.

3. A teoria do Estado de Lênin

Se na seção anterior fizemos um apanhado geral das contribuições marxistas acerca do Estado, nesta vamos tentar expor uma contribuição em particular, a da obra *O Estado e a Revolução*, de Lênin. Dentre as diversas contribuições marxistas acerca do Estado escolhemos apresentar essa de modo mais detalhado por se tratar da primeira tentativa de sistematizar uma teoria marxista do Estado, sendo essa obra o clássico fundamental que sintetiza, sob a pena de Lênin, todo o arcabouço rascunhado por Marx e Engels.

O ano de 1917, em qualquer debate acerca de Lênin e a suas teorizações, acaba ocupando uma posição no mínimo importante, não somente por ser o ano da Revolução Russa de Outubro, mas também por marcar, não por coincidência, a publicação de *O Estado e a Revolução*, a mais importante tentativa, até então, de estabelecimento de uma chamada teoria do Estado no campo do marxismo revolucionário. É fato conhecido que

O livro vem à luz sem um sétimo capítulo, que deveria concluir o opúsculo tratando da experiência das revoluções russas de 1905 e 1917 – o capítulo acabou adiado para sempre porque, como o autor esclarece no posfácio, datado de 30 de novembro de 1917, ‘é mais agradável e mais útil viver a experiência da revolução do que escrever sobre ela’ (NETTO, 2012, p. 150).

Ao contrário do que possa parecer, esse posicionamento de Lênin sobre a utilidade revolucionária de seu trabalho como autor não expressa a importância que esse dava à luta teórica. Lênin sabia como ninguém que

A análise concreta da situação concreta não constitui nenhuma oposição à teoria ‘pura’, mas, ao contrário, o ponto culminante da autêntica teoria, ponto em que a teoria é verdadeiramente realizada e, por essa razão, transforma-se em práxis. (LUKÁCS, 2012, p.62)

Desse modo, a publicação de *O Estado e a Revolução* não pode ser compreendida enquanto fato aleatório, pois com ela Lênin estabelece os parâmetros na análise do Estado sob o capitalismo e os elementos básicos do Estado proletário justamente quando dezenas de facções operárias e camponesas de diferentes vertentes estavam disputando entre si o poder do Estado russo em desintegração, sem saber ao certo por qual caminho seguir. No estudo sobre a produção teórica do revolucionário russo a historiadora soviética Anna Pankratova ressalta que

Cada um dos trabalhos geniais de Lênin, como "Quem são os Amigos do Povo e Como Lutam Contra os Social-Democratas", "O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia", "O Programa Agrário da Social-Democracia Russa", "O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo" e "O Estado e a Revolução", são obras profundamente científicas e ao mesmo tempo exemplos notáveis da propaganda do marxismo, que unem cada vez cada problema radical do desenvolvimento da revolução na Rússia com a teoria de Marx (PANKRATOVA, 1950, documento digital sem paginação).

Enfim, foi com essa obra, *O Estado e a Revolução*, que "Lênin reconheceu e demonstrou que a questão do Estado havia sido posta na ordem do dia para o proletariado em luta" (LUKÁCS, 2012, p.78). Desse modo, na tentativa de identifica-la no livro do marxista russo, serão observadas de maneira conjugada três categorias: a) a origem do Estado, b) a essência do Estado e c) as dimensões do Estado. Com a primeira categoria, a origem do Estado, busca-se compreender o entendimento de Lênin sobre as relações sociais e históricas que tornaram o desenvolvimento do Estado possível e, até mesmo, necessário. A observância da segunda categoria busca compreender a perspectiva do marxista russo sobre a substância do Estado, o seu fim último, aquilo que torna o Estado o que ele é e sem o qual já não seria. A última das categorias procura identificar as perspectivas acerca dos meios do Estado, a sua extensão, ou, o elo fundamental pelo qual esse estabelece suas relações com a totalidade social, o seu sustentáculo. A análise conjunta das três categorias articuladas possibilita então a compreensão sobre a definição de Estado presente em Lênin.

Orientando-se fundamentalmente pelos escritos deixados por Marx e Engels, Lênin sistematiza uma teoria marxista acerca do Estado que alcança definições de três níveis: a) as características essenciais do Estado em geral; b) as características da República Democrática Burguesa; e c) as características do Estado Proletário.

Na caracterização do Estado em geral Lênin, citando o Engels de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, define esse último como:

Produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis (LÊNIN, 2012, P.27).

Sendo então o Estado entendido como um “órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; a criação de uma ordem que legaliza e consolida essa submissão, amortecendo a colisão das classes” (Ibid, p.27)

Como dimensão essencial do Estado em geral e, portanto, de todo e qualquer Estado, Lênin salienta a “força armada separada e superior ao conjunto da sociedade [...] o exército permanente e a polícia” (Ibid, p. 29)

Em termos das características da república democráticas burguesa, Lênin defende a tese de que a república democrática é a forma normal de dominação burguesa, sendo que sob esse tipo de governo o capital não só continua mantendo o seu poder, como o faz por meios mais seguros e indiretos, ou seja, mais passíveis de legitimação. Esse poder se afirmaria fundamentalmente a partir da corrupção, da aliança entre bolsa e governo por intermédio do endividamento público e pela incapacidade do sufrágio universal, no “Estado atual”, de manifestar e impor a vontade da maioria dos trabalhadores (op. cit., p. 33-34). A partir dessas observações Lênin conclui que “nenhuma mudança de pessoas, instituições ou partidos, na república democrática burguesa, é suscetível de abalar” o poder do capital (op. cit. , p.34).

Uma observação cuja importância é central para a nossa análise é a de que a teoria do Estado aqui não está preocupada em categorizar as diferentes formas de governo, mas sim em identificar o conjunto de elementos que constituem o conteúdo substancial do Estado, que é expresso de maneira mais ou menos explícita sob diferentes formas. Essa concepção é sintetizada por Lênin quando esse volta a ratificar Engels:

Quando Engels diz que numa república democrática, tanto quanto numa monarquia, o Estado continua sendo máquina de opressão de uma classe por outra, não quer dizer que a forma de opressão seja indiferente ao operariado, como o professam certos anarquistas. Uma forma de opressão e de luta de classes mais ampla, mais livre, mais franca, facilitará enormemente ao proletariado a sua luta pela abolição das classes em geral (ibidem, p.98).

Nesse terceiro tipo de caracterização sobre o Estado- o Estado proletário - Lênin começa a transição do Estado para a Revolução, destacando-se que para o autor o Estado proletário é, antes de tudo, o horizonte estratégico dos comunistas, sendo a substância desse

Estado a ditadura do proletariado, ou seja, o proletariado organizado enquanto classe dominante. Como já ressaltado anteriormente, vale salientar a distinção entre a substância e a forma, pois ditadura aqui não significa forma de governo ditatorial/tirano, o termo ditadura do proletariado em Lênin expressa a essência do Estado na qual essa classe, o proletariado, é a dominante, ou seja, um Estado é sempre uma ditadura de classe porque sob as mais diversas formas de governo a sua substância classista aponta para a reprodução das relações sociais que garantem que a classe dominante se mantenha enquanto tal.

As formas dos Estados burgueses são as mais variadas; mas a sua natureza fundamental é invariável: todos esses estados se reduzem, de um modo ou de outro, mas obrigatoriamente, afinal de contas, à ditadura da burguesia. A passagem do capitalismo para o comunismo não pode deixar naturalmente, de suscitar um grande número de formas políticas variadas, cuja natureza fundamental, porém, será igualmente inevitável: a ditadura do proletariado. (LÊNIN, 2012, p.55)

Desse modo, como no fragmento supracitado, a ditadura do proletariado, assim como a burguesa, pode assumir diversas formas sem que isso ameace a sua supremacia de classe dominante. Entretanto, o fato de que o Estado possa assumir diferentes formas sem alterar o seu conteúdo não significa que a dominação de uma ou outra classe não tenha a sua forma “normal”, que no caso da burguesia é a democracia parlamentar, e no do proletariado aquilo que é chamado por Lênin de Comuna, ou Estado proletário, ou República Socialista, entre outras nomenclaturas.

Reconstituindo a experiência da Comuna de Paris de 1871, Lênin indica como pressuposto do proletariado organizado como classe dominante a abolição do Estado burguês entendido enquanto aparato burocrático e militar (op. cit., p.61); e a edificação de uma República Socialista cujas características “normais” são:

- Fim do exército permanente substituído pela população armada, em sentido mais geral, uma força de repressão que não está descolada das deliberações democráticas da maioria. (Ibid, p. 63)
- Elegibilidade e amovibilidade de todos os funcionários públicos (Ibid, p. 65)
- Utilização do poder político para expropriar a classe proprietária dos meios de produção, tornando-os propriedade do Estado Socialista. (Ibid, p.65)
- E por fim, como consequência imediata do progressivo desaparecimento da propriedade privada dos meios de produção e, portanto, das classes sociais, o

desaparecimento também progressivo, lento e espontâneo do Estado Socialista, que perde a razão de existir. (Ibid, p. 109)

Como observado anteriormente, Lênin apresenta o Estado sob duas perspectivas, a universal e a particular, na primeira, obviamente, o autor expõe as características essenciais do Estado, na segunda são apresentadas duas expressões particulares do Estado, a burguesa e a proletária. A expressão particular burguesa é o objetivo estratégico final da burguesia, em que essa reproduz a sua condição de classe dominante; a expressão particular proletária é o objetivo estratégico final do proletariado, no qual esse reproduz a sua condição de classe dominante.

Para além dessa contribuição acerca do Estado, Lênin legara outras tantas, no entanto, não seria possível apresenta-las aqui. De qualquer modo acredita-se que o fundo substancial da teoria de Lênin sobre o Estado foi apresentando, sendo essa, mais do que uma parte da teoria marxista do Estado, uma de suas bases mais consistentes.

4. Considerações finais

As teorias da micropolítica desconsideram a existência de centros desproporcionais de poder orientados a partir de uma dinâmica e de uma estrutura historicamente determinada e que, pela sua própria desproporcionalidade, acabam estruturando, determinando e submetendo outras esferas da vida social. Essas teorias impuseram-se a esquerda política com relativo sucesso, recolonizando esse matiz do espectro político com perspectivas de mundo centradas no individualismo e no subjetivismo, acompanhada também da noção de que a história já tinha chegando ao seu fim.

A supremacia dessas teses, no entanto, já demonstra sinais de desgaste e os autores antes marginalizados, tachados de antiquados por ainda considerarem o Estado um elemento chave para a compreensão dos processos sociais já começam a ressurgir nas bibliografias obrigatórias. Esse fenômeno não ocorre somente pela convicção e resistência de um punhado de intelectuais, mas, sobretudo, pela força dos acontecimentos, que evidenciam como as teorias do micropoder são facilmente absorvidas por aquilo que pretendem criticar, ampliando os processos de despolitização e, assim, reduzindo o potencial de resistência perante os assédios da burguesia, que nunca cogitou abandonar os aparatos de Estado.

O trabalho então, além de se colocar como um contraponto a essa hegemonia teórica já decadente, posiciona-se também em contraposição às teses que postulam o marxismo como uma vertente teórica que não tratou do Estado de maneira séria, pois, mesmo quando o Estado, enquanto objeto, estava fora das modas acadêmicas, foram os autores identificados com a tradição marxista que seguiram desenvolvendo as investigações mais elaboradas sobre o tema. Desse modo o presente trabalho se propôs, de maneira humilde, a servir como uma bússola bastante rudimentar para quem procura iniciar-se nos estudos do Estado a partir dos instrumentos teóricos do marxismo.

Ao apresentar uma breve reconstituição bibliográfica do debate marxista sobre o tema do Estado foi possível verificar que esse é um debate pertinente nessa tradição de pensamento desde os escritos da juventude de Marx, sendo essas elaborações marcadas, desde o seu princípio, por uma série de polêmicas, desacordos e contradições que só vieram para enriquecer a capacidade desse marco teórico de conseguir superar as aparências fenomênicas que se manifestam no Estado.

O presente trabalho pode contribuir também no sentido de apresentar as principais formulações contemporâneas dessa tradição de pensamento, as quais são capazes de encaminhar uma estruturação mais coesa da teoria marxista do Estado, consolidando, assim, um campo frutífero para pesquisa social.

Para além de verificar a diversidade de pensamento no seio de uma mesma vertente, com o segundo capítulo se expos uma das mais clássicas concepções marxistas acerca do Estado, identificando assim aqueles elementos que conferem um caráter de unidade entre os diferentes autores que deram seguimento a vertente.

Por fim, cabe salientar a necessidade desse debate ser retomado de maneira quantitativamente vigorosa, tanto no sentido de possibilitar uma melhor compreensão acerca dos processos sociais contemporâneos, quanto no sentido de possibilitar a construção de um projeto contra-hegemônico realmente exequível pela classe trabalhadora e seus aliados fundamentais.

Referências

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*, Porto: Edições Afrontamento, 1976.

ARAÚJO, Ângela; TAPIA, Jorge. Estado, Classes e Estratégias: notas sobre um debate. *Revista Crítica e Sociedade*, Uberlândia, v.1, n.1, p. 6-54, 2011.

BIANCHI, Álvaro. Uma teoria marxista do político O debate Bobbio trent'anni dopo. *Lua Nova Revista de Cultura e Política*, São Paulo, nº70, p. 39-82, 2007.

_____; ALIAGA, Luciana. Força e consenso como fundamento do Estado; Pareto e Gramsci. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 5, pp. 17-36, jan./jul. 2011,

BOBBIO, Norberto. Existe uma doutrina marxista do estado? In: *Qual socialismo?* Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983.

CASTRO, Flávio. O Estado do modo de produção capitalista em Poulantzas e Miliband: conflito ou complemento?, *Cadernos Cemarx*, Campinas, nº1: p. 75-81, 2004.

CODATO, Adriano. Poulantzas, o Estado e a Revolução. *Revista Crítica Marxista*, Campinas, nº 27, p. 65-87, 2008.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. O Manifesto Comunista. In: *O manifesto Comunista 150 anos depois*. Rio de Janeiro. Ed: Contraponto, 2008.

_____. *A Ideologia Alemã*. São Paulo. Expressão popular, 2013.

HIRSCH, Joachim. *Teoria Materialista do Estado*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2010.

JESSOP, Bob. O Estado e a construção de Estados, *Revista Outubro*, nº15: p. 11-43, 2007.

LÊNIN, Vladimir I. A Cultura Proletária. In: *Lênin, cultura e revolução cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

LUKÁCS, György. *Lênin: um estudo sobre a unidade do seu pensamento*. São Paulo, Boitempo, 2012.

MARTUSCELLI, Danilo e GALASTRI, Leandro. Apresentação do debate Miliband-Poulantzas. *Revista Crítica Marxista*, Campinas, nº 27: p. 87-93, 2008.

MASCARO, Alysson. *Estado e Forma Política*. São Paulo: Editora Boitempo, 2013.

MILIBAND, Ralph. Poulantzas e o Estado capitalista. *Revista Crítica Marxista*, Campinas, nº 27: p. 93-105, 2008.

MOLLO, Maria. A concepção marxista de Estado: considerações sobre antigos debates com novas perspectivas. *Revista Economia (ANPEC)*, Niterói, v. 2, nº 2, p. 347-389, Editora Komedi, 2001.

NETTO, José P. Lênin e a instrumentalização do Estado. In: *O Estado e a Revolução*. São Paulo: Expressão popular, 2012.

OSÓRIO, Jaime. *O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PANKRATOVA, Anna. Lênin como Propagandista. In: *Problemas - Revista Mensal de Cultura Política*, nº 26, mai. 1950.
https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/26/lenin.htm

POULANTZAS, Nicos. O Estado capitalista: uma resposta a Miliband e Laclau. *Revista Crítica Marxista*, Campinas, nº 27: p. 105-129, 2008.

ZIZEK, Slavoj. Texto para quarta capa do livro *Estado e Forma Política*, de Alysson Mascaro. São Paulo, Texto sem paginação, 2013.
<https://blogdaboitempo.com.br/2013/05/10/a-obra-mais-importante-do-pensamento-politico-marxista-nas-ultimas-decadas-slavoj-zizek-escreve-sobre-estado-e-forma-politica/>